JULGADA PROCEDENTE.

1 - Diante da existência de dúvida acerca da imparcialidade do Juiz Eleitoral, não se demonstra recomendável que o referido atue em ação eleitoral que tem por objetivo a verificação da ocorrência de abuso de poder econômico, político e captação ilícita de sufrágio, supostamente praticada pelo Prefeito Municipal de Água Doce do Norte em sua campanha eleitoral de 2016, cujas sanções, caso aplicáveis, acarretarão a cassação do diploma (perda do mandato eletivo), imposição de multa e, ainda, declaração de inelegibilidade por 08 (oito) anos.

2 – Incidente de exceção de suspeição julgado procedente.

Vistos etc.

ACORDAM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, REJEITAR AS PRELIMINARES SUSCITADAS, para ainda, quanto ao mérito, por maioria de votos, ACOLHER A EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO, designando o Dr. Helimar Pinto para a lavratura do v. Acórdão.

SALA DAS SESSÕES, 05 de dezembro de 2017.

DESEMBARGADOR SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, PRESIDENTE

JUIZ DE DIREITO HELIMAR PINTO, REDATOR PARA ACÓRDÃO

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

ACÓRDÃO Nº 282

PROCESSO RCED Nº 500-70.2016.6.08.0003 - CLASSE 29 - CASTELO - ES - (PROT Nº 89.950/2016)

ASSUNTO: RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA.

Recorrente: Ministério Público Eleitoral.

Recorrido: Pedro Renato Ramiro.

ADVOGADOS: Dr. Cleber Luiz Dorigo Zoboli - OAB: 17011/ES e Outra.

RELATOR: JUIZ ADRIANO ATHAYDE COUTINHO.

REVISOR: JUIZ RODRIGO MARQUES DE ABREU JÚDICE.

EMENTA:

ELEIÇÕES 2016. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. INELEGIBILIDADES INFRACONSTITUCIONAIS. ALEGADA INELEGIBILIDADE PRESCRITA NO ART. 1º, INCISO I, ALÍNEA L, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64/90. CAUSA PETENDI QUE NÃO PODE SER VEICULADA EM SEDE DE RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA (RCED).

1. As inelegibilidades infraconstitucionais cuja existência precede o momento do registro de candidatura não podem ser discutidas em sede de recurso contra a expedição de diploma.

2. A arguição das inelegibilidades descritas na mencionada lei deve ser feita no momento do pedido de registro de candidaturas, sob pena de preclusão caso o fato ensejador da inelegibilidade seja preexistente ao pedido de registro.

3. Extinção sem resolução de mérito.

Vistos etc.

ACORDAM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, em JULGAR EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do voto do eminente Relator.

SALA DAS SESSÕES, 05 de dezembro de 2017.

DESEMBARGADOR SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, PRESIDENTE

JUIZ ADRIANO ATHAYDE COUTINHO, RELATOR

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Documentos da DG**Portarias****PORTARIA Nº. 509/2017**

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO

§ 2º, ART.7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.054/05, E DO ATO Nº 36/97 DA PRESIDÊNCIA DESTE REGIONAL,

Resolve conceder diárias na forma discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Vistoria para avaliação do valor de locação do imóvel que abrigará o Cartório Eleitoral de Bom Jesus do Norte.

DESTINO: Bom Jesus do Norte - ES

DATA DE CHEGADA : 11/12/2017

DATA DE SAÍDA: 12/12/2017

BENEFICIÁRIO(S)

NOME: **MARCOS MONTEIRO** CARGO/FUNÇÃO: FC-1 VALOR: R\$ 423,64

Vitória, ES, 12 de dezembro de 2017.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº. 510/2017

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO § 2º, ART.7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.054/05, E DO ATO Nº 36/97 DA PRESIDÊNCIA DESTE REGIONAL,

Resolve conceder diárias na forma discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Conferência in loco patrimônio permanente do Cartório da 22ªZE

DESTINO: Itapemirim - ES

DATA DE CHEGADA : 12/12/2017

DATA DE SAÍDA: 12/12/2017

BENEFICIÁRIO(S)

NOME: **LEONARDO PENEDO PREZOTTI** CARGO/FUNÇÃO: CJ-2 VALOR: R\$ 127,82

Vitória, ES, 12 de dezembro de 2017.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
DIRETOR GERAL

CORREGEDORIA ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

ZONAS ELEITORAIS

9ª Zona Eleitoral

Editais

EDITAL N.º 54/2017

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARTIDO POLÍTICO

O Chefe do Cartório da Nona Zona Eleitoral, no uso de suas atribuições, FAZ SABER aos interessados que foram protocolizadas neste Cartório as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2016, dos partidos abaixo identificados, cabendo ao Ministério Público ou qualquer partido político, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, IMPUGNAR, em petição fundamentada, a prestação de contas apresentada, bem como relatar fatos, indicar provas e pedir abertura de investigação para apuração de qualquer ato que viole as prescrições legais ou estatutárias a que, em matéria financeira, os partidos e seus filiados estejam sujeitos, nos termos da Resolução TSE n.º 23.464/2015.

Município: Santa Maria de Jetibá

Processo n.º 48-08/2017 – Partido Social Cristão

Processo n.º 24-77/2017 – Partido Republicano Brasileiro

Processo n.º 42-98/2017 – Partido Democratas

Processo n.º 09-11/2017 – Partido Verde